



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 02 DE 10 DE MARÇO DE 2021, ENCAMINHADO ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 07/GG.

RELATOR: DEPUTADO JOÃO MADISON

I – RELATÓRIO E VOTO.

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei do Governo nº 02 de 10 de março de 2021, através da Mensagem 07, que tem a seguinte ementa: **“ALTERA A LEI Nº 6.021, DE 05 DE OUTUBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Em fundamento à sua pretensão, o Excelentíssimo Senhor Governador pretende ampliar as atribuições e competências da companhia responsável pela atração de investimento privados ao Estado do Piauí, direcionadas à conclusão de infraestrutura que fomenta o desenvolvimento econômico do Estado, dentre eles os polos empresariais, centros logísticos, parques tecnológico, portos marítimos, e infraestrutura corretala.

Como também propõe a necessidade de renomear a companhia, que passa a se chamar Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Estado do Piauí S.A. – Investe Piauí.

Posteriormente, protocolei junto a esta Comissão no dia 22/03/2021, a EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020 ao referido projeto, de minha autoria, que tem a seguinte ementa:

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 01/2021

A proposta de emenda ao texto atém-se especificamente ao Parágrafo Único do Art. 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Sem prejuízo do previsto no caput, a Investe Piauí poderá, na forma desta Lei, de seu Estatuto, da Lei 13.303 e demais legislações específicas aplicáveis às sociedades por ações:

I – Criar subsidiárias integrais;

II – Participar de outras sociedades, inclusive do capital de sociedades industriais, comerciais, agrícolas, agroindustriais, startups, SPEs e de serviços, com utilização de recursos financeiros próprios ou bens de seu patrimônio, ou com recursos decorrentes de aporte para aumento futuro de capital, visando estimular o crescimento econômico do Estado do Piauí;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO MADISON

III – Adquirir quotas de fundos de investimentos;"

Por fim, verifica-se que a proposição reveste-se de boa forma constitucional, atendendo aos requisitos do art. 75 quanto à sua iniciativa, bem como da autorização legislativa prevista no art. 102, XIX da Constituição do Estado e aos requisitos estabelecidos nos artigos 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, minha manifestação é favorável à constitucionalidade da matéria com o acatamento da emenda 01/2021 ao projeto.

II – DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

(X) Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 23 de março de 2021.

Dep. João Madison/MDB

Relator

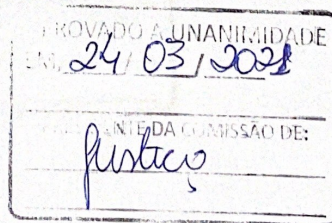
Concedido vista ao processo MSG. 02
do Dep. Teresa Brito

Em 23/03/21 P.L

Presidente da Comissão de _____

Justiça

Dpc. Nereide
Dep. João Madison
Dep. Fúlio Uchoa
Dep. Francisco Lima
Dep. Henrique Rios
Dep. Lucia Brito





Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Administração Pública
para os devidos fins.
Em 24/03/21

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Evaldo Gomes
para relatar.
Em 24/03/2021
Presidente da Comissão de Administração
Pública

Carlos Augusto
Ordem Menezes
Roberto Gomes
Fiza Carvalho
Francisco Lima

Relator votou o parecer da
CCJ.

